



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: 0001276-27.2017.8.26.0566
 Classe - Assunto: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins
 Documento de Origem: CF, OF, IP-Flagr. - 21/2017 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 196/2017 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 19/2017 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos
 Autor: Justiça Pública
 Réu: DENER DONIZETTI DOS SANTOS

Réu Preso
 Justiça Gratuita

Aos 24 de abril de 2017, às 14:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como o réu **DENER DONIZETTI DOS SANTOS**, devidamente escoltado, acompanhado do Dr. Joemar Rodrigo Freitas, Defensor Público. Iniciados os trabalhos foi inquirida a testemunha de acusação Israel Fábio Cordeiro, em termo apartado. Concluída a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao Dr. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso na sanção do art. 33 da Lei 11343/06, uma vez que na ocasião descrita na denúncia, trazia consigo e guardava um total de onze porções de cocaína para fins de tráfico. A ação penal é procedente. De acordo com o depoimento dos policiais militares, parte da droga estava com o réu, assim como a quantia de vinte reais em dinheiro e outras porções de cocaína ele guardava em local próximo e indicado pelo réu. Ele admitiu a posse e que iria vender todo o entorpecente apreendido. Embora a quantidade não seja expressiva, a forma de embalagem, o dinheiro encontrado com o réu e o local como ponto de venda de drogas são fatores que indicam a finalidade do tráfico. Ademais, esta finalidade, ou seja, de que as drogas seriam vendidas pelo réu, foi admitida pelo acusado perante os policiais militares, conforme depoimento destes em juízo. Assim, a materialidade do crime de tráfico e autoria restaram comprovadas. Isto posto, requeiro a condenação do acusado nos termos da denúncia. Não se vê obstáculo à redução de pena prevista no § 4º do art. 33. Quanto ao regime inicial, este deve ser o fechado, em razão da natureza e das consequências nefastas que o tráfico de drogas causa aos usuários e à sociedade. **Dada a palavra à DEFESA:** MM. Juiz: É caso de absolvição. O réu negou veementemente que estava traficando no local. Com ele foi apreendido apenas dois pinos de cocaína, o que dá supedâneo à sua versão. O policial Germano disse que nos arredores havia outras pessoas. O policial Israel não se lembra se realmente havia outras pessoas nos arredores. O acusado alegou que foi no local comprar os entorpecentes, momento da diligência policial. Sendo assim, a prova se mostrou frágil, justificando, por este motivo, um desate absolutório quanto ao tráfico de drogas. Não há como reputar a propriedade das drogas encontradas no terreno ao réu, de forma incontestada. Sendo assim, de rigor a desclassificação para o crime de porte de drogas para uso comum. Subsidiariamente, requer fixação da pena-base no mínimo legal e a redução da pena nos termos do art. 33 § 4º da Lei de Drogas. O regime deve ser o aberto, requerendo a substituição da pena por restritiva de direitos. Em seguida o MM. Juiz proferiu a seguinte sentença: **VISTOS. DENER DONIZETTI DOS SANTOS**, RG 48.119.833-7, com dados qualificativos nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 33, “caput”, da Lei 11.343/06, porque no dia 10 de fevereiro de 2017, por volta das 10h15, na Rua João Paulo, esquina com a Rua Vinte, Jardim



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

Social Presidente Collor, nesta cidade, trazia consigo e guardava em um terreno baldio situado no local dos fatos, para fins de mercancia, onze porções de cocaína, substância entorpecente que determina dependência física e psíquica, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar. Consoante apurado, o denunciado decidiu levar a cabo comércio espúrio de cocaína. De conseguinte, já na posse do estupefaciente acima mencionado, devidamente separado e acondicionado, ele de dirigiu para o local dos fatos, ao que tratou de permanecer na posse de duas porções, pelo que as nove restantes guardou em um terreno baldio ali existente, com o escopo de comercializá-las ulteriormente. Policiais militares realizavam patrulhamento de rotina, quando, ao passarem pelo cruzamento supramencionado, conhecido ponto de venda de drogas, se depararam com o réu, justificando sua abordagem. Submetido à busca pessoal, com o denunciado foram encontradas duas porções de cocaína, R\$ 20,00 em espécie e um aparelho de telefone celular. O réu foi preso e autuado em flagrante, sendo esta prisão convertida em prisão preventiva (página 65/66). Expedida a notificação (página 93/94), o réu, através da Defensoria Pública, apresentou defesa preliminar (página 98/99). A denúncia foi recebida (página 100) e o réu foi citado (páginas 115/116). Durante a instrução o réu foi interrogado e foram inquiridas duas testemunhas de acusação (páginas 127/130 e nesta audiência). Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação, nos termos da denúncia, enquanto que a Defesa requereu a absolvição por insuficiência de provas ou a desclassificação para o crime de porte de drogas para uso pessoal, insistindo em caso de condenação, pela redução do tráfico privilegiado. **É o relatório. DECIDO.** O réu foi abordado por policiais militares em local bastante conhecido como ponto de venda de droga. Na abordagem, com ele foram encontrados 2 pinos com cocaína e a quantia de vinte reais. Segundo os policiais o réu admitiu a realização do tráfico e indicou onde escondia outras porções da mesma droga. O entorpecente foi submetido aos exames de constatação e ao toxicológico definitivo, com resultado definitivo para cocaína (fls. 24/25, 36/37 e 39/40). Provada, portanto, a materialidade. Sobre a autoria, o réu, no auto de prisão em flagrante, confessou que estava naquele local fazendo a venda de droga e ainda indicou onde guardava o restante que possuía para o comércio (fls. 6). Em juízo, admitiu que portava apenas um pino, que tinha adquirido para seu uso, negando a propriedade das outras drogas que foram apresentadas (fls. 120). Os policiais foram firmes e categóricos no relato que fizeram envolvendo a participação do réu no tráfico que acontece naquele local. Trata-se de ponto de venda de droga bastante conhecido, inclusive do judiciário, porque são constantes as prisões em flagrante que lá acontecem. Nesta mesma vara, na última semana, julguei fato idêntico a este, envolvendo outro acusado. Traficantes mais graduados comandam determinada região da cidade, escalando pequenos traficantes, os chamados “aviõezinhos” para atender a clientela. De fato, a todo momento, existe alguém naquela localidade esperando os usuários e quem assim procede nunca traz consigo toda a quantidade que recebe para efetuar a venda. Esconde nas imediações o kit que recebe com droga e vai apanhando as porções na medida em que as vendas acontecem. Nunca traz consigo toda a droga por dois motivos. Primeiro para que, em caso de ser abordado, seja localizado poucas porções para justificar como porte para uso próprio. O segundo motivo é para evitar prejuízo maior com a perda total do produto, cujo prejuízo nunca é perdoado pelo fornecedor da droga. Não resta dúvida de que toda droga apreendida estava sob a posse e cuidado do réu, porque os policiais possivelmente não localizariam a parcela que estava escondida não fosse por indicação do próprio réu. Inegável que o destino era a venda e não o consumo próprio, como o réu procura sustentar. A confissão que ele prestou para os policiais no local da abordagem foi por ele ratificada para o delegado que o interrogou. O réu, desempregado e sem ocupação, não teria condições de adquirir as porções de cocaína que foram apreendidas. Não há como desclassificar a acusação para o crime menor de posse de droga para consumo próprio, especialmente porque a prova revela que ele estava naquela “biqueira” com droga para atender a freguesia, como diariamente acontece naquele local. Depois de tantas prisões que lá já aconteceram, o tráfico continua, porque sempre tem alguém escalado para continuar com a atividade criminosa. Impõe-se, portanto, a condenação do réu pelo delito que lhe foi atribuído.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

Mesmo estando o réu contribuindo, de certa forma, com a rede de tráfico, trata-se de réu primário e sobre o qual não existem informações de estar na atividade há muito tempo, como se verifica no relatório do setor de investigação de fls. 41. A forma como agiu com os policiais revela que estava no início da atividade, porque foi logo admitindo a prática do delito e até informou onde estava o restante da droga que tinha recebido para vender, comportamento que não é próprio de criminoso experiente, porque não é comum confessar onde é o esconderijo. Com tal comportamento, facilitou as investigações, possibilitando o enquadramento que foi feito. Por isso, delibero aplicar a causa de diminuição de pena prevista no parágrafo 4º do artigo 33 da Lei 11343/06, inclusive por levar em conta que a quantidade que o réu tinha para vender era pequena. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 do Código Penal, tratando-se de réu primário, imponho-lhe desde logo a pena mínima, ou seja, de 5 anos de reclusão e 500 dias-multa, no valor unitário de 1/30 do salário mínimo vigente na data do crime. Reconhecida a causa de diminuição prevista no artigo 33, § 4º, da Lei citada, reduzo a pena em dois terços, aqui levando em conta as considerações já feitas. **CONDENO**, pois, **DENER DONIZETTI DOS SANTOS**, à pena de **um (1) ano e oito (8) meses de reclusão e de 166 dias-multa, no valor mínimo**, por ter transgredido o artigo 33, “caput”, c.c. o seu § 4º, da Lei 11.343/06. Mesmo não sendo o crime, na forma como o réu está sendo punido, considerado hediondo pela atual orientação jurisprudencial, reveste-se de especial gravidade social, por ensejar graves sequelas no âmbito da saúde pública, além de fomentar a prática de outros crimes. Na verdade a traficância impulsiona a criminalidade que assola o país, porquanto o usuário, no desejo de sustentar seu vício, pratica toda espécie de delitos, abalando e atingindo toda a sociedade. O regime mais liberal (aberto), que é cumprido em domicílio, constitui hoje em liberdade total, pela impossibilidade de fiscalização, não sendo adequado e suficiente ao caráter preventivo e repressivo da reprimenda. Impõe-se, portanto, a fixação do **regime semiaberto**, que se mostra mais adequado para punir quem está iniciando no tráfico e ainda norteá-lo a uma mudança de comportamento, sem transmitir impunidade. O réu não poderá recorrer em liberdade. Como permaneceu preso desde o início, com maior razão deve continuar recolhido agora que está condenado, devendo ser recomendado na prisão em que se encontra. Por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária. Quanto ao dinheiro apreendido, certamente decorre do exercício da atividade criminosa, cuja perda fica declarada devendo ser recolhido à União (FUNAD). Devolva-se ao réu ou a familiar deste o celular apreendido. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS**. Eu, _____, Eliane Cristina Bertuga, escrevente, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):